

O RACISMO NO BRASIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA DIÁSPORA AFRICANA E A LUTA PELA DESCOLONIZAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS SURDAS

Erliandro Felix Silva

Maria Izabel dos Santos Garcia

Resumo em Libras



<https://youtu.be/IwIY3jPJzw4>

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo sintetizar como ocorreu e ocorre o racismo no Brasil, visto de uma perspectiva da diáspora africana, em relação à luta pela descolonização das pessoas negras surdas. Diante disto, enfatiza-se a atuação dos movimentos negros surdos e a sua luta por reconhecimento e valorização. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, que consiste na realização de pesquisa bibliográfica, juntada de uma abordagem qualitativa, a qual apresentou resultados satisfatórios, em relação ao objetivo. Neste caso se concluiu que a luta das pessoas negras surdas no Brasil é árdua, e complexa, e a mesma vem se arrastando ao longo dos anos, materializando-se na luta por valorização e reconhecimento da sua cultura, em busca de aceitação da sua identidade.

Palavras-chave: Negros; Surdos; Discriminação Racial; Inclusão; Descolonização.

Recebido em: 04/07/2023
Aprovado em: 29/10/2023

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, por meio de revisão da literatura existente, discute o racismo estrutural, impregnado na sociedade brasileira desde a colonização, apresentando as lutas pela igualdade e equidade social, em meio a contextualização da descolonização de pessoas negras surdas¹. Para a realização deste estudo, optou-se por uma metodologia pautada na revisão bibliográfica, realizada nas três principais plataformas de divulgação científica do país: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e os portais de periódicos científicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library. Online (SciElo). Foram tratados doze (12) textos que abordam conjuntamente a temática: negritude e surdez. Estes trabalhos ressaltam a importância da ampliação dos estudos no tema, uma vez que ele se desloca da pura diferença linguística entre ouvintes e surdos e passa a mostrar, também, uma Comunidade Surda marcada por múltiplas identidades e necessidades sociais, para além da língua.

O presente trabalho foi desenvolvido por um pesquisador negro e surdo, interessado pela temática, e luta para singularizar as identidades dos sujeitos pertencentes a grupos minoritários. Vale ressaltar que a maioria todas as sociedades no mundo são compostas por pessoas ouvintes², que, na maioria das vezes, consideram as pessoas surdas sob uma perspectiva clínico-patológica³, o que intensifica a discriminação vivida pelas pessoas negras surdas. Essas ações podem gerar possíveis conflitos de ordem pessoal ou, ainda, conduzir o referido sujeito a escolha de uma identidade predominante, orientada pela normalização da pessoa surda à maioria ouvinte. Exemplos desses conflitos são apresentados no decorrer do texto.

Exposto isso, Ferreira (2018), aborda em seus trabalhos o ensino das relações étnico-raciais para negros surdos na educação básica e a sua importância no processo de construção e identidade. Nessa mesma direção

¹ O termo surdo, assim como o termo negro, neste trabalho, refere-se aos surdos e as surdas, negros e negras, independentemente de seu gênero biológico e sua identidade de gênero.

² Ouvintes são aqueles que ouvem pelo canal auditivo.

³ Considera a surdez como uma mera deficiência, qualificando o sujeito como incapaz.

teórica, Ferreira (2018), Santos (2019), fala da interseccionalidade entre raça e surdez, demonstrando que esse entrecruzamento resulta em vulnerabilidades específicas sofridas pelas pessoas negras surdas na sociedade. De acordo com essa autora, é importante destacar, acerca da denominação negro-surdo que “em primeiro lugar vem a discussão sobre ser negro e depois sobre ser surdo, pelo fato de que visualmente falando, ser o aspecto que primeiramente chama a atenção e em segunda instância a questão da pessoa surda” (Ferreira, 2018, p. 13).

Comumente, as investigações que envolvem os surdos e a surdez estão enraizadas em abordagens clínica-patológicas, evidenciando o viés da deficiência como ausência de algo, nesse caso, a audição, que, em tese, incapacitava a interação social, caso não haja uma reabilitação auditiva e de fala (Skliar, 1997). Oposto a isso, segundo o mesmo autor, também existe a visão socioantropológica da surdez, entendimento no qual busca a valorização das experiências visuais da pessoa surda, isto é, suas habilidades inatas, devido a sua percepção visual de compreensão do mundo.

De tal modo, essa concepção está embasada na diversidade e na diferença entre os sujeitos, entendendo que as pessoas surdas possuem singularidades identitárias, linguísticas e culturais. Todavia, tem aumentado, atualmente, as pesquisas de carácter linguístico e descritivo que se debruçam sobre os elementos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre as quais se destacam os escritos de Ferreira-Brito (2010), que apresenta um panorama dos níveis linguísticos-gramaticais da Libras.

Em um passado histórico recente, a atuação da comunidade surda brasileira no período entre 1990 e 2000 era dedicada, especialmente, à oficialização da Libras (Brito, 2013). Desse modo, a publicação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002) e, posteriormente, em 22 de dezembro de 2005, do Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005), que regulamenta a lei descrita, legitima e reconhece a língua de sinais como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Ou seja, uma língua comum e estatutária a toda essa população. Esse marco legal fortaleceu ainda mais, a construção de uma identidade coletiva desse grupo social, sendo uma das reivindicações dos militantes surdos/as.

Exposto isso, as duas grandes questões que orientam a elaboração deste trabalho acadêmico são: (i) *Como as pessoas negras surdas percebem a diferenciação dos indivíduos por raça no Brasil?* (ii) *Como a pessoa negra surda se percebe dentro das comunidades de surdos e da sociedade geral?* Tais questões objetivam a compreensão não só de suas experiências de vida enquanto negros surdos, como também entender como lidam/vivenciam situações de discriminação/exclusão social, tanto por parte da sociedade em geral, como em meio às comunidades surdas. A reflexão sobre esses dados têm como ponto de partida as identidades descritas por Hall (2002; 2006). Entretanto, a análise correlaciona os mesmos aos conceitos de *surdidade* e *negritude*.

Apresentadas as questões de pesquisa, aborda-se que o grande objetivo que orienta este trabalho está centrado no reconhecimento de uma perspectiva de luta pela descolonização da cultura negra surda no Brasil. Tendo como objetivos específicos: i) analisar o movimento negro surdo, a partir de sua luta por reconhecimento e valorização em um contexto histórico; ii) discutir o preconceito racial, a partir das categorias de surdidade e racismo; iii) identificar as dificuldades encontradas pela comunidade surda, tais como a falta de acessibilidade e comunicação com a população ouvinte; e iv) identificar a falta de direito linguístico, cultura e comunicação, estimulando a descolonização dos surdos negros no Brasil.

A discussão está organizada da seguinte maneira: inicialmente realizou-se uma articulação entre o conceito de diáspora africana e a problemática do racismo e também da surdez. A seguir, passou-se a debater, mais especificamente, o duplo preconceito direcionado às pessoas negras e também surdas. Abordou-se os termos *surdidade* e *ser negro*. Após, passou-se à metodologia de pesquisa. Em seguida, discutiu-se os dados gerados pela coleta de dados por meio da revisão bibliográfica realizada. Finalmente, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1 DIÁSPORA AFRICANA: RACISMO E SURDEZ

Com a promulgação da Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea (Brasil, 1988), foi definido que negros deixariam de ser tratados, dentro dos mecanismos existentes, como escravizados. Entretanto, mesmo após a abolição da escravatura no país, negros enfrentam preconceitos e dificuldades na sociedade contemporânea brasileira. O racismo é um problema social que persiste mesmo após a abolição da escravatura. Atualmente, ainda é possível observar práticas discriminatórias baseadas na cor da pele e origem étnica. O racismo se manifesta de diferentes formas, desde atitudes sutis até manifestações explícitas de preconceito e discriminação. Infelizmente, muitas pessoas ainda são alvo de discriminação racial em diversas esferas da sociedade, como no mercado de trabalho, acesso à educação e justiça.

É fundamental combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades para toda a população, independentemente de sua raça ou origem étnica. A conscientização, o diálogo e a educação são ferramentas indispensáveis nesse processo de superação do racismo e construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Maciel, 1999):

O movimento eugenista, ao procurar 'melhorar a raça', deveria 'sanar' a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas 'indesejáveis' [...] promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras. Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial (Maciel, 1999, p. 121).

De acordo com Hall (2002), o conceito de diáspora está diretamente relacionado aos movimentos migratórios dos negros africanos, em decorrência da escravidão, o que pressupõe alterações em suas identidades, promovendo o multiculturalismo no contato com o outro em terras desconhecidas. Ao serem impelidos ao deslocamento forçado, os negros, em situação diaspórica, se dispersam e passam a habitar diferentes cantos do mundo. Assim, entram em contato com diferentes aspectos culturais e identitários, sendo, o

multiculturalismo, definido pelo autor como: “uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais” (Hall, 2002, p. 52).

O racismo estrutural, ou estrutura racial, por muito tempo, tem sido invisibilizado, o que o torna mais perigoso, e muitas vezes, a população acaba nem se dando conta disto. Trata-se de hábitos e costumes presentes no cotidiano das pessoas, mesmo sem que elas percebam, geralmente, acabam incentivando o preconceito racial ou a segregação, colocando a imagem de pessoas negras como inferiores, até mesmo com uma conotação negativa (Almeida, 2019). Um exemplo disso, que cotidianamente é possível observar são falas pejorativas, que incentivam e até reforçam o racismo, promovendo exclusões e preconceitos, mesmo que indiretamente, como o uso da palavra ‘denegrir’⁴. Essas características tiveram o seu início no período pós-abolição. Essas características compõem a realidade social desde os tempos mais remotos do Brasil Colônia.

Com o surgimento da apregoada democracia racial brasileira que nada mais é do que igualdade de direitos (social e racial) e liberdade garantida a todas as pessoas, acaba sobrepondo a ideia de que existe racismo (que é um conjunto de preconceitos e discriminação). Há que se reforçar que se trata de um mito, para que o trabalho não acabe reforçando a imagem de uma existência real dessa ‘democracia racial’ no Brasil.

Deste modo, a violência e a discriminação sofridas pela população negra, acabam sendo minimizadas frequentemente. Sendo ela intencional ou não, o racismo é posto como algo distante, na maioria das vezes por pessoas que não sofrem na pele diariamente. São essas as pessoas que subjagam o racismo no Brasil.

O mito da democracia racial é explicado por Martins (2012, p. 178-179) como:

Esse discurso é marcado por uma representação deturpada da realidade e que, de tão repetidamente veiculada na instância social, acabou por se tornar uma verdade, um sofisma maquiavelicamente construído. Isso é o que podemos chamar de mito da democracia racial, compreendido como uma corrente ideológica que, ao negar a desigualdade racial entre negros e brancos acaba negando a discriminação racial no país e perpetuando estereótipos preconceituosos em relação aos negros. Diante da existência perene

⁴ Tem a conotação pejorativa porque significa manchar, tornar negro, como se o ato de tornar algo negro fosse ruim, no sentido de difamação, por exemplo.

desse mito surge também no discurso social a negativa da existência do racismo e do preconceito no país.

Como é evidenciado, “o mito da democracia racial” deturpa a realidade, já que passa a considerar que há um estado de igualdade racial, algo que favorece a negação da discriminação. “Da palavra raça emerge a palavra racismo, remetendo-nos a práticas discriminatórias hierarquizantes entre as pessoas, com base em características raciais e culturais. Assim, por natureza, algumas pessoas seriam superiores a outras” (Martins, 2012, p. 179).

Entretanto, no país, mesmo após o período de escravidão, a qual teve a sua abolição promulgada em lei, todos foram “incluídos” na sociedade, mas sem direitos de igualdade e equidade social, colocando, muitas vezes, cidadãos e cidadãos negros em classes inferiores e precárias de trabalho, moradia e saneamento básico para a manutenção da saúde. Tendo em vista que no período pós-abolição discutia-se muito sobre o progresso e a liberdade do Brasil, era de se esperar a população negra fosse incluída na sociedade de classe que se formava. O que não aconteceu, fazendo surgir movimentos reivindicatórios negros.

Esses movimentos, que fizeram parte das lutas pelo reconhecimento negro, são descritos por Martins e Ferreira (2021, p. 77):

Os anos 1950 e 1960 se mantiveram efervescentes no que se refere a mobilização dos negros no Brasil. Várias organizações e movimentos dos negros, em diversas regiões do país, seguiram lutando, com destaque para o combate ao racismo nos anos de chumbo da ditadura militar entre 1964 e 1985. Em 1978 nasce o MNU (Movimento Negro Unificado) e a partir de então a luta organizada dos negros brasileiros passa ganhar maior notoriedade no cenário político e social. Há que se ressaltar que o Movimento Negro Brasileiro também organizou suas lutas no sentido de intervir no processo de criação e elaboração da Constituição Nacional de 1988 o que resultou em conquistas objetivas, como a criminalização legal do racismo e do preconceito racial por meio do Artigo 5º, inciso XLII.

Conforme pode-se notar, O Movimento Negro no Brasil teve grande atuação entre os anos de 1930 até 1960, e mesmo durante a ditadura civil militar (1964-1985). Nesse período, em 1978, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado), que trouxe mais visibilidade à luta organizada da comunidade negra no cenário político e social. O Movimento também

participou da elaboração da Constituição de 1988, resultando na criminalização do racismo e preconceito racial.

No começo dos anos 2000, a Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) é considerada como um importante marco dessa luta, já que corroborou para o ensino de história afro-brasileira nas escolas (Martins; Ferreira, 2021).

Stuart Hall, professor e um dos fundadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, observou e caracterizou três concepções de identidades ao longo do tempo, que podem nos ajudar a entender o papel do negro na sociedade. Segundo Hall, em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, publicado em 2006, a primeira identidade, o sujeito iluminista, sendo o indivíduo em sua pura concepção, ou seja, é o diferente do animal, assim, racional, e tem como foco o seu eu interior, suas capacidades e inteligências. Tal perfil detém identidade que, de certa forma, não altera sua maneira de ser, sendo, portanto, independente do externo, individualista. Mesmo que o autor tenha baseado-se no homem europeu, suas ideias também podem ser aplicadas ao negro africano, remontando a uma época de sua história onde ele vivia independente, seguindo suas próprias tradições e sua própria forma de vida.

A segunda tipologia proposta por Hall (2006), do sujeito sociológico, possui muito mais da sociedade, ou do meio, em sua formação. No contexto do homem europeu, isso se dá pelo avanço da sociedade moderna, implicando com que os sujeitos se envolvessem em grupos, tendo a sua identidade formada pela relação homem-mundo. Não podemos dizer que a modernidade chegou ao continente africano na época, mas esse tipo de indivíduo, ressalta que independente da individualidade do sujeito negro, ele se organizava em tribos ou grupos, onde precisava, porém, por obrigatoriedade, seguir as regras hierárquicas de seu grupo. Aqui, estima-se uma maior complexidade do sujeito.

A última concepção sugerida pelo autor supracitado foi a do sujeito pós-moderno, podendo ser vislumbrada em:

torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...) O sujeito assume identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (Hall, 2006, p. 13).

Como resultado dessa perspectiva teórica, esse sujeito se molda ao meio, mesmo que o ambiente no qual ele esteja inserido mude frequentemente. No caso do negro, ele teve que se adaptar a um novo sistema cultural, elaborado pelos europeus, no qual deixa de ser um indivíduo e passa a ser um produto.

Isso abre margem para comportamentos diversos, entre eles, a agressividade, que era usada como modo de defesa contra as atrocidades que lhes eram cometidas, ou seja, era uma forma de resposta contra os ataques violentos que partiam dos homens brancos. Esse fato corrobora para uma ideia já existente que liga a raça à violência, originando-se, na verdade, dos tempos coloniais, rebeliões em senzalas, fugas e demais ações subversivas promovidas nos quilombos. Essa visão perdura presentemente.

Ao pensar na escravidão é praticamente inexistente a menção aos escravizados surdos, provavelmente, em decorrência dos impasses comunicativos entre surdos e ouvintes. Contudo, eles também fazem parte da história. Até o século XVIII, todo fator físico que fugia do comum, desde uma pinta diferente até a ausência de um membro, era considerado algo ruim, fruto do demônio, assim como a surdez. Essa constatação pode ser vista em “[...] a deficiência física era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segregados, marginalizados e discriminados” (Garbe, 2012, p. 96).

Por isso, essas pessoas com alguma diferença, normalmente, eram largadas na mata, sem cuidado e contato com grupos humanos. O imperador Dom Pedro II, em 1856, aprovou a abertura do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, o qual teve seus trabalhos iniciados em 1856 (Rocha, 2007). Essa iniciativa da família real ocorreu em consequência do nascimento de um indivíduo surdo na família que teria vindo ao Brasil (Skliar, 1997). Não obstante, nesse momento histórico, marcado pela escravidão, seria coerente ou até mesmo possível oferecer aos escravizados surdos uma educação especial? Já que segundo Mazzotta, “Em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11. 595 surdos, cada qual segundo seu alunado atendiam 35 cegos e 17 surdos” MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Assim, fica a indagação, que mesmo após uma revisão minuciosa da literatura já existente, esse questionamento não pode ser respondido.

2 UM PRECONCEITO DUPLO: SER NEGRO E SER SURDO NO BRASIL

Quando se fala em racismo, autores como Santos (2019) e Ianni (2004) abordaram as relações raciais e a desigualdade no Brasil, enquanto Soares (2000) tratou sobre a discriminação no mercado de trabalho. Já o autor Castro (2009) colocam em evidência as desigualdades socioeconômicas entre os brancos e os negros, incitando a uma reflexão sobre os três fatores que atualmente se tornam a base da exclusão desse grupo social, a saber: a pobreza, a injustiça e o sistema de classes.

Segundo Brandão e Silva (2018), a Lei nº 10.639/03, que coloca como obrigatoriedade o ensino da história e da cultura dos negros brasileiros, assim como, de conteúdos relacionados ao continente africano, parece ser um avanço conquistado pelo povo negro brasileiro, já que, mesmo com todas as barreiras socioeconômicas e culturais que ainda perduram, nos remetem ao reconhecimento de uma necessidade dos estudos das relações étnico-raciais. Nesse sentido, alguns caminhos são apontados, mostra Cavalleiro:

A construção de uma sociedade igualitária depende de ações concretas, tanto por parte dos nossos governantes quanto da sociedade civil. Um fator decisivo para romper com o quadro de exclusão no sistema educacional e assim diminuir o débito para com a população negra é a elaboração de um cotidiano escolar que contemple as necessidades específicas de alunos/as negros/as, a saber: a) reconhecimento da problemática racial na sociedade; b) desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem o reconhecimento da igualdade entre os grupos raciais e, paralelamente, a aceitação positiva dos alunos negros pelos demais alunos; c) provimento de alternativas para a construção de autoconceito positivo e auto-estima elevada para crianças e adolescentes negros, incentivando-os a construir projetos de vida (2001, p. 149).

Conforme o fragmento acima, a construção de uma sociedade igualitária requer ações concretas tanto dos governantes quanto da sociedade civil. Para combater a exclusão no sistema educacional e reduzir o débito com a população negra, é essencial criar um ambiente escolar que atenda às necessidades específicas dos alunos negros. Isso inclui reconhecer a questão

racial na sociedade, desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a igualdade entre os grupos raciais e incentivem a aceitação positiva dos alunos negros pelos demais, além de fornecer alternativas para fortalecer a autoestima e o autoconceito dos jovens negros, encorajando-os a construir projetos de vida (Cavalleiro, 2001).

Conforme menciona a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, edição de 2004, o Brasil abre grande margem para situações conflitantes na sociedade, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição responsável pelo mapeamento populacional no Brasil, apresenta terminologias categóricas de classificação étnica como “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo”. Mesmo que os movimentos negros usem, apenas, as terminologias de classificação “branco” e “negro”, é importante salientar ainda que, diante do senso comum da sociedade atual, as nomenclaturas usadas nas categorias de classificação dos sujeitos abrangem mais de 130 termos, indo de “branco” a “preto”.

Ainda segundo a Enciclopédia, a cultura africana, bem como o lado africano enraizado nos mestiços, é valorizada pela militância negra e as divergências terminológicas acrescidas. No caso do número variado de termos para se referir aos negros, essa atitude abre espaço aos adeptos da Teoria do Branqueamento⁵, que acaba proporcionando um apagamento, uma diminuição do negro na composição do país. “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Mercer, 1999 apud Hall, 2006, p. 09). Dessa forma, diante dessas duas visões opostas, a militância negra e a Teoria do Branqueamento, além do receio em se referir a alguém como negro e evocar todos os preconceitos que a muito tempo acompanham o termo, muitas pessoas, desinformadas, optam por empregar apelidos como “moreno”, “marrom”, “chocolate” e outros tantos que tentam esconder ou amenizar o fato de ser negro, como se essa essência fosse algo danoso. Indicamos que esses são elementos do próprio racismo estrutural.

⁵ Integra as “teorias raciais’ clássicas que ganharam força a partir da segunda metade do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, e que condenavam a miscigenação, punham em xeque a viabilidade do projeto de modernização do país” (Hofbauer, 2003, p. 68).

Frente à essa problemática, apesar das lutas dos movimentos sociais negros, a sociedade ainda precisa buscar saber mais sobre os conceitos que envolvem o negro. Dessa forma, para evitar constrangimentos e tentativas de amenizar o termo, é importante que se desmistifique a terminologia “negro”, para que este passe a ser parte do acordo coletivo como uma palavra caracterizadora e perspectiva de reconhecimento de um grupo, deixando de lado qualquer preconceito que a acompanhava.

2.1 SURDIDADE (SER SURDO)

Surdidade é a representação do desenvolvimento vivido por uma criança, adulto ou até mesmo família surda, onde explicitam para si e para o mundo a sua existência e também a sua luta, para apresentar um sentido da existência surda de ser, buscando, por meio de pesquisas, evidenciar para o mundo a importância da cultura dos surdos (Ladd, 2013). Diante do exposto Ladd (2013, p. 3-4) apresenta uma nova denominação, de ‘surdidade’ (em inglês, deafhood):

Surdidade representa um processo - a luta por que passa cada criança surda, família surda e adulto surdo para explicarem a si próprios e aos outros a sua existência no mundo. Reconhece que a existência como pessoa surda é um processo de tornar-se e manter-se ‘surdo’, também reflete interpretações diferentes de Surdidade, do que possa significar ser uma pessoa surda numa comunidade surda.

No atual cenário contemporâneo os ideais utilizados no tratamento com surdos são denominados pelo termo “surdez”. Entretanto, é extremamente necessário a criação de outro termo de abrangência para essa cultura.

Exposto isso, tem-se o surgimento do termo “surdidade”, uma expressão que dá visibilidade para os discursos, problemas e vivências dos surdos, torna visível discursos surdos que não estão escritos, bem como maneiras surdas de estar no mundo, de conceber esse mundo e seu lugar. Ressaltamos que o aspecto comunicativo, é considerado como o indicador primário da existência dos surdos, dotando-os de expressão e identidade social (Ladd, 2003; 2013).

De acordo com Morais (2019), a surdidade, do ponto de vista cultural, refere-se à identidade e à vivência dos indivíduos surdos em relação à sua comunidade e ao mundo ao seu redor. A cultura surda é caracterizada por uma língua própria, a Língua de Sinais, que possui sua gramática e estrutura próprias. Além disso, a comunidade surda possui valores, crenças e tradições que são compartilhados e transmitidos de geração em geração.

Nessa perspectiva, a surdidade não é vista como uma deficiência, mas como uma forma de ser e de se comunicar diferente da maioria da população ouvinte. Os surdos são capazes de se relacionar, se expressar e se desenvolver plenamente dentro de sua cultura e comunidade. A cultura surda valoriza a visão como principal canal de comunicação e enfatiza a importância da expressão corporal e da expressividade facial (Morais, 2019; Neves, 2021).

Neves (2021) ressalta que a cultura surda não se limita apenas à surdidade em si, mas também abrange aspectos sociais, políticos e educacionais. A luta por direitos e acessibilidade, a busca pelo reconhecimento da Língua de Sinais e a valorização da identidade surda são questões centrais para a comunidade surda. A surdidade, portanto, é muito mais do que uma condição física, é um modo de vida com suas próprias riquezas e diversidades. Por esse motivo, essa noção é tão importante para a devida contextualização do indivíduo negro e surdo na contemporaneidade.

2.2 SER NEGRO

O que é ser negro em um país como o Brasil? Essa é uma pergunta polêmica acerca de debates sobre relações raciais em nosso país. Mesmo na sociedade contemporânea, ainda existe discriminação e preconceito contra negros e negras e a miscigenação de culturas, promovendo debates relacionados à democracia racial no país que é dividido. Parte da população acredita não haver preconceito racial entre negros e brancos, e a outra parte acredita que sim, e luta por direitos de igualdade e equidade racial.

Na história do povo brasileiro, ficou reservado para os negros um espaço marcado pela escravidão, amparado pela desassistência após o período abolicionista, gerando muitas controvérsias sobre as condições básicas para a sobrevivência do povo negro. Esses acontecimentos favorecem na população,

uma chuva de preconceitos, paradigmas e esquecimento. Portanto, é importante reafirmar a importância da identidade negra para o surgimento e desenvolvimento da população brasileira, a fim de extinguir estigmas de inferiorização dessa população tão subjugada, perante um ideal estético-cultural eurocêntrico, desde o Brasil colonial.

Diante disto, o grande antropólogo Munanga (2009) declara que: “Não é fácil definir quem é negro no país”, visto que o Brasil é composto por uma enorme diversidade de etnias. Exposto isso, Munanga (2004, p. 52) ressalta que “os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. [...] Trata-se de uma decisão política”.

É fato evidente que a população brasileira é formada por diversas etnias, as quais podem ser observadas tanto nas variações dos tons de pele, quanto na pluralidade cultural, como relata Oliveira (2004):

O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, inegavelmente, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais, que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais) (Oliveira, 2004, p. 57).

Apesar da variedade e pluralidade na cultura e nas etnias existentes no Brasil, ser negro é algo que luta contra o “sistema”, pois nem todos têm os mesmos acessos e direitos, mesmo havendo políticas de igualdade social que garantem esses acessos, pois, infelizmente, no Brasil, nem sempre a teoria anda com a prática. Ser negro, é considerar-se negro, é entender e aceitar a sua origem, as lutas e experiências vividas pelos seus antepassados.

Ao contextualizar o "Racismo Estrutural", Almeida (2019), aborda a questão do racismo não apenas como um fenômeno individual, mas como uma estrutura social que permeia todas as esferas da sociedade. Esse autor analisa como o racismo está presente nas instituições, nas relações sociais e nas práticas cotidianas, e como isso afeta a vida das pessoas negras. Sua obra também discute a importância de se compreender o racismo como um problema estrutural, que exige ações coletivas e políticas públicas para ser enfrentado e superado.

Além disso, Almeida (2019) apresenta uma análise crítica das teorias e concepções que tentam negar a existência do racismo estrutural. O autor desconstrói argumentos que minimizam a importância do racismo, mostrando como eles servem para perpetuar a desigualdade racial. Ele também chama a atenção para a necessidade de se reconhecer o privilégio branco e de se promover ações afirmativas para reparar as injustiças históricas cometidas contra a população negra.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma metodologia que utiliza como base a pesquisa bibliográfica. Minayo (2007, p. 44) define o percurso metodológico de forma abrangente e concomitante:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

A pesquisa bibliográfica, conhecida também por revisão de Literatura, “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Miotto, 2007, p. 38). Por meio dela respondemos à seguinte questão: qual é a importância de utilizar referências confiáveis em uma pesquisa científica? De acordo com Gil (2002, p. 45):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Seguindo essa linha de raciocínio, Boccato (2006, p. 266) nos esclarece que:

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Ratificando as informações citadas anteriormente, Lima e Miotto (2007) afirmam que uma pesquisa bibliográfica bem realizada e com referências confiáveis, é capaz de propiciar a criação de hipóteses e suposições que podem influenciar novas pesquisas. A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, o que torna difícil a formulação de hipóteses coerentes com a área científica. É indicado que se utilize em estudos e pesquisas pela sua aproximação com o objeto de estudo e determinadas fontes bibliográficas. Esta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa e de uma busca inicial, já que é difícil localizar artigos que contemplem a temática da negritude surda.

Em virtude disso, a pesquisa bibliográfica facilita e oportuniza um grande alcance de informações, o qual permite a utilização de diferentes dados em inúmeras publicações, e auxilia na construção de um quadro conceitual que abrange o objeto ou assunto de estudo proposto (Lima; Miotto, 2007). Inicialmente, realizou-se uma busca, utilizando descritores “negro” e “surdo”, unidos no título nas seguintes plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal SciELO e Portal CAPES.

O objetivo da utilização destes descritores seria encontrar, especificamente, trabalhos que articulassem esses dois elementos, tendo em vista o duplo preconceito produzido pela condição da surdez e também da negritude. Encontramos, conforme o quadro abaixo, cerca de 12 trabalhos, conforme a descrito a seguir:

Quadro 1: Trabalhos encontrados por meio da busca dos descritores "negro" e "surdo"

Título	Portal	Natureza	Ano de Publicação	Autoria
Criação e transcrição poética como forma de resistência do negro-surdo brasileiro	Google Acadêmico	Artigo	2021	Diléia Aparecida Martins, Edvaldo Carmo dos Santos, Joyce Cristina Souza, e Wesley Nascimento Santos
Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências	Google Acadêmico	Artigo	2021	Ires dos Anjos Brito, Jonatas Rodrigues Medeiros, Nanci Araújo Bento & Nayara Rodrigues
A mulher negra e surda e o acesso ao mercado de trabalho	Google Acadêmico	Artigo	2021	Silvielei Cristina da Silva Souza, Vanessa Cristina Alves e Simone Gardes Dombroski
Educação de surdos numa perspectiva do Feminismo Negro	CAPES	Artigo	2020	Yuri Macedo e Daniela Adlay de Arruda Costa
Negros/as surdos/as no ensino superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras	BDTD	Dissertação	2019	Rhaul de Lemos Santos
Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012- 2017	Google Acadêmico		2019	Viviane Marques Miranda
A constituição da identidade docente surda negra	Google Acadêmico	Monografia	2018	Ariane Maria da Silva
Surdez e racialidade: identidades em diálogo no espaço escolar?	Google Acadêmico	Artigo	2017	Viviane Marques Miranda
Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná	Google Acadêmico	Dissertação	2015	Sandra Cristina Malzinoti Vedoato

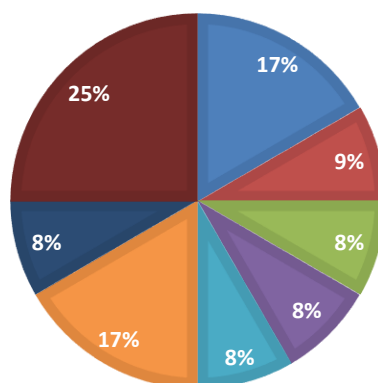
Fonte: dados da pesquisa

Por meio do quadro compartilhado acima, é possível perceber que, apesar de recente, a articulação entre a surdez e a negritude já tem sido desenvolvida, principalmente por meio de artigos e dissertações, produzidos no país. Inicialmente, buscamos os trabalhos publicados na plataforma BDTD. Como encontramos apenas três que se articulassem aos descritores propostos, passamos a busca para a plataforma SciELO, que não apresentando nenhum estudo equivalente ao que se buscava. Após, a plataforma CAPES foi consultada, demonstrando apenas um estudo e, por fim, o portal Google Acadêmico nos revelou a maioria de nossa amostra, com cerca de oito trabalhos compartilhados. Com base no entendimento de que há poucos estudos que articulam esses dois elementos, não definimos, previamente, um recorte temporal, o que nos demonstrou que, apenas no ano de 2012, pesquisadores passaram a se preocupar com a temática, com a publicação de duas dissertações de mestrado e um artigo.

O gráfico a seguir demonstra como este movimento de pesquisas se intensificou, a partir do ano 2012, aumentando progressivamente até 2021:

Gráfico 1: Volume de pesquisas sobre surdez e negritude

■ 2012 ■ 2013 ■ 2015 ■ 2017 ■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021



Fonte: dados da pesquisa

Na próxima seção, discutimos acerca dos principais resultados destes trabalhos.

4 DISCUSSÃO

Tendo em vista a demonstração acerca de quais foram as principais temáticas abordadas nos trabalhos encontrados, passamos a apresentar nossa análise, considerando a ordenação mostrada no quadro alocado na seção anterior. Há uma separação temporal e também por plataforma na qual o trabalho foi socializado.

O trabalho de Buzar (2012) busca, por meio da teoria da interseccionalidade, uma articulação entre a questão da raça e da surdez, por meio do (re)conhecimento das vivências de 30 negros surdos residentes em São Luiz do Maranhão (MA). A pesquisa demonstra que as pessoas pesquisadas apresentam dificuldades em duas esferas: a esfera comunicativa e a discriminatória referente a raça. Essas dificuldades impactam o acesso ao mercado de trabalho e também refletem no aspecto socioemocional, já que preconceitos são relatados, tanto na esfera escolar quanto na esfera social.

Furtado (2012) investiga os reflexos do que denomina como “dupla diferença”, reconhecendo os estereótipos criados na condição de pessoas negras e surdas. Os perfis de alunos de uma turma do curso de Letras-Libras de Porto Alegre foram analisados, bem como, entrevistas com alunos negros e surdos foram realizadas, considerando as experiências destes alunos, em relação à sua condição de ser negro e também surdo em uma sociedade altamente preconceituosa. Todos os participantes relataram situações veladas de preconceito e discriminação. Também é digno de nota que esses alunos se reconhecem mais como surdos, que como negros, negando a autodeclaração da negritude, em meio ao curso.

Conforme expressa a autora:

E o que dizer sobre os sujeitos que possuem mais de uma diferença? Como os surdos negros narram a “dupla diferença”? Os sujeitos “duplamente diferentes”? Que ao invés de uma diferença significativa possuem duas, como os surdos negros. Ser “duplamente diferente” é sinônimo de ser “duplamente discriminado”? De que forma os surdos negros estão vivendo na sociedade? Que lugar(s) estão ocupando? (Furtado. 2012. p. 04).

O fragmento acima nos leva a pensar quais caminhos estão sendo construídos para o reconhecimento da diferença em nosso país. Considerando

o contexto do Ensino Superior, a dissertação de mestrado de Santos (2019) realiza uma análise da ocupação deste espaço, por meio de alunos negros e surdos em um curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo demonstra que, com base na criação de cursos bilíngues, como no caso da licenciatura em Letras Libras, bem como políticas como a Lei de Cotas, a ocupação de negros e surdos nos ambientes universitários apresentou um grande crescimento. Contudo, a pesquisa aponta que, neste caso, há um destaque maior para os homens negros e surdos, em relação às mulheres, considerando tanto o percentual de ingresso, quanto de permanência e formatura nestes cursos.

Abordando especificamente o grupo feminino, negro e surdo, o artigo de Macedo, Costa e Peçanha (2020), problematizaram como a questão de gênero tem sido trabalhada na educação de pessoas surdas, com base em revisão bibliográfica, marcada pelo período de 2008 a 2018. Os autores apontam que, em geral, as pesquisas que tematizam os surdos, o fazem apenas por meio do aspecto linguístico, relacionado à surdez, deixando questões como a sexualidade ou gênero em segundo plano. Contudo, esse é um retrato de que há ainda muito a se avançar, uma vez que a comunidade surda não é homogênea, o que torna evidente a necessidade de se abordar temáticas como o racismo, a homofobia e/ou o machismo.

Por sua vez, o trabalho de Pereira e Pereira (2013) também abordam a interseccionalidade, gerada pela dupla diferença, conforme já apresentado por outros trabalhos. O trabalho ressalta que há a presença de dois preconceitos, quando ambas as variáveis são abordadas: o preconceito linguístico e o preconceito racial, o que gera a exclusão de pessoas negras e surdas em nossa sociedade. Contudo, os negros e surdos estão, conforme aponta a pesquisa, apartados dos movimentos que poderiam lhe apresentar subsídios para o engajamento na luta contra o preconceito. Isso dificulta o empoderamento destes e atrasa a luta por visibilidade e mais direitos em nossa sociedade que é tão excludente.

Considerando outras variáveis à temática da surdez e negritude, Vedoato (2015) aborda a questão de gênero em sua dissertação. Conforme apontado pela autora, durante seus processos de escolarização, negros e

surdos estudantes do Estado do Paraná possuem o seu acesso à educação básica dificultada, tendo em vista não apenas a questão da surdez, mas também preconceitos que se estabelecem sobre a raça e sobre o gênero. Isso gera um cenário de escolarização precária, que privilegia apenas um grupo social dentre os surdos: alunos homens, surdos e brancos.

Ainda abordando como as pessoas surdas se estabelecem, por meio do ambiente escolar, o trabalho de Miranda (2017) denuncia a criação de hierarquias e categorizações, em relação aos alunos surdos na educação básica. Conforme aponta, as instituições de ensino estão inclinadas para a criação de uma certa homogeneização identitária, exagerando as diferenças geradas pela diferença linguística apresentada pelos surdos. De tal modo, a autora ressalta a importância de se definir um currículo bilíngue, que não se preze apenas na pura tradução dos conteúdos formados para os alunos ouvintes, o que poderia contribuir para a redução dos binarismos presentes na educação de surdos.

Tendo em vista a gama de trabalhos que se fundamentam nas investigações das situações vivenciadas por alunos, o trabalho de Silva (2018), ao contrário, busca apresentar como as identidades de docentes negros e surdos se constituem. Conforme destacado, essa dupla condição demandaria, ao menos, duas identidades distintas, que se refletem no exercício da docência. Como mencionado, é imprescindível que os indivíduos possuam uma compreensão mínima acerca da própria construção identitária para que eles se conheçam e se reafirmem na sociedade. Essas identidades marcam como este se movimenta no mundo, mesmo que sejam negadas pelos indivíduos, necessitando figurar na produção de significados acerca da realidade que os cerca.

Em outro trabalho de Miranda (2019), a autora realizou uma pesquisa bibliográfica, considerando o recorte de raça nos estudos sobre a surdez. Foram encontrados no portal BDTB apenas três dissertações que abordam o tema (já comentadas nesta discussão), todas elas, produzidas no âmbito de Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, em diferentes instituições. Miranda aponta a escassez de trabalhos que abordam a temática, ressaltando a importância da realização deste recorte seja realizado, para

além da questão linguística do surdo, já que a questão da raça promove outros estereótipos que dificultam a inserção na sociedade de pessoas negras e surdas.

Considerando as produções mais recentes acerca da articulação entre negritude e surdez, o trabalho de Martins et al. (2021) problematizam o necessário diálogo entre ambos os elementos, enfocando as “escrevivências” de mulheres negras e surdas. A poesia, conforme demonstram, pode auxiliar para que uma espécie de resistência ao preconceito seja promovida, considerando as opressões historicamente vivenciadas por negros e surdos. Novas produções artísticas têm despontado neste universo como os slams em Libras. Essas produções auxiliam para que as tradições africanas sejam compartilhadas ao público sinalizante⁶, ampliando os conhecimentos da Comunidade Surda acerca dos diferentes sujeitos que a compõe. Além disso, o folclore surdo também é ressaltado como uma forma artística de resistência e busca pela visibilidade e reconhecimento social.

Os slams são eventos que ganharam popularidade na comunidade surda, sendo uma forma de expressão artística e cultural. Nesses encontros, os participantes apresentam poesias e performances em língua de sinais, compartilhando suas experiências e emoções de uma maneira única. Esses eventos proporcionam um espaço de inclusão e valorização da cultura surda, promovendo o encontro e a troca de saberes entre os participantes. Além disso, os slams também têm o poder de amplificar as vozes da comunidade surda, desafiando estereótipos e preconceitos e revisitando questões relevantes para a vida e a realidade desse grupo.

Dessa forma, os slams se tornaram uma importante forma de expressão e empoderamento para a comunidade surda, fortalecendo sua identidade e promovendo a valorização da cultura e da língua de sinais.

Ainda abordando as produções artísticas, Brito et al. (2021) destacam o aumento da difusão da poesia e da arte surda no cenário nacional, o que aumenta também o enfoque para as vivências das pessoas que são surdas e também negras. Assim, o estudo aborda como o corpo têm sido vistos e

⁶ O público sinalizante diz respeito às pessoas que se comunicam pelas línguas de sinais, no caso brasileiro, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

subjugados em um cenário de racismo e preconceito. Este estudo, assim como a maioria dos demais comentados acima, aborda a importância da temática da negritude, figurar também nas produções de pessoas surdas, considerando, não apenas seu teor artístico, mas também, o seu potencial para que outras vivências sejam compartilhadas, reconhecidas e valorizadas.

Finalmente, o trabalho de Silva (2021) aborda, mais especificamente, aspectos relacionados à entrada no mercado de trabalho de mulheres negras e surdas. Conforme destaca, a questão perpassa pelo empoderamento feminino, mas também enseja outras discussões, como a luta pelo reconhecimento racial e identitário da mulher. O estudo mostra que vários são os preconceitos pelos quais mulheres negras e surdas vivenciam diariamente, que impactam o acesso ao mercado de trabalho e também a ascensão destas em melhores postos. O duplo preconceito impacta não apenas a questão da raça e da comunicação, visto que a Libras é uma língua diferente da língua portuguesa, somado ainda ao fato de a mulher, na sociedade, ser considerada como um ser inferior. Esse fator é também influenciado pela visão clínico-terapêutica da surdez, que entende as pessoas surdas como deficientes, dificultando seu reconhecimento e melhoria da qualidade de vida de pessoas negras e surdas.

É possível compreender que, apesar de ainda se fundamentarem em um baixo volume de pesquisas. Os trabalhos que articulam a negritude e a surdez têm sido expandidos, ao longo do tempo, principalmente em um cenário mais recente. Os principais resultados das pesquisas analisadas indicam o duplo preconceito sofrido pelas pessoas negras e surdas, que se relaciona à linguagem e à raça. Esse duplo preconceito impacta não apenas no ambiente educacional, mas também no ambiente de trabalho, reproduzindo-se em diferentes esferas da sociedade. Contudo, é perceptível que a ampliação do debate sobre a raça nos estudos surdos pode proporcionar maiores reivindicações e reconhecimento destes.

Vimos na presente seção que os indivíduos negros e surdos enfrentam desafios únicos na sociedade. Além de terem que lidar com o racismo estrutural e a discriminação racial, essas pessoas também enfrentam barreiras adicionais devido à sua surdez.

A falta de acessibilidade e a falta de inclusão em diversos setores da sociedade dificultam ainda mais a vida desses indivíduos. A comunicação é um dos maiores desafios enfrentados, pois muitas vezes não há intérpretes de língua de sinais disponíveis ou recursos de comunicação adequados. Além disso, a representatividade é escassa, o que dificulta a identificação e a sensação de pertencimento dessas pessoas. É essencial serem criadas políticas e medidas inclusivas que possibilitem a plena participação e igualdade de oportunidades para os indivíduos negros e surdos, de modo a superar esses desafios e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas bibliográficas realizadas para a elaboração deste trabalho, percebeu-se que quando falamos da cultura, raça/etnia, idioma e identidade é possível refletir sobre a construção da identidade de povos, que muitas vezes são subjugados, esquecidos ou até mesmo excluídos da sociedade, como os afrodescendentes, com ênfase aqui para negras e negros no Brasil. O que faz necessária a compreensão da identidade e da importância de se assumir a sua descendência para a tomada de posicionamentos sobre frentes políticas e histórico-culturais. Isso rompe a lógica de identitarismo que tem sido proclamada por entidades que desconhecem o conceito de identidade.

É necessário ressaltar que ser negro, vai além das características físicas, pois abrange o envolvimento cultural, e o sentimento de pertencimento àquela cultura, de respeito à ancestralidade, à história de sujeitos, produtores e histórias, memórias, políticas culturais, sociais, econômicas.

Ser negro é reconhecer-se, saber-se como sujeito político importante na construção de uma sociedade melhor, mais plural, menos violenta, por meio da qual deve-se construir lutas pelos direitos de igualdade e equidade social, em busca melhores condições de vida e humanidade para as futuras gerações.

Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível compreender que mesmo com os avanços políticos da sociedade brasileira ao longo dos séculos, após o período de abolição da escravatura, a população negra, continua sendo tratada como um povo inferior por muitas pessoas, que utilizam da

democracia racial e igualdade social para disfarçar os seus preconceitos. O fato fica evidente em discursos que afirmam não existir discriminação racial em nosso país. Há evidências também nas políticas de ações afirmativas que permanecem sob suspeita e revanchismo, alimentando, discursos de ódio em detrimento da reparação histórica pela qual se configuram.

De maneira simplificada, por meio das pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho, também evidenciou-se que o movimento surdo luta por um reconhecimento e por uma redefinição sobre o que é ser surdo na visão de indivíduos ouvintes. Este reconhecimento tem o propósito de que as pessoas, surdas e ouvintes, tenham prazer de conviver em uma sociedade que promove igualdade e equidade social, de maneira a aprender mutuamente.

As pessoas surdas também lutam pelo reconhecimento e por direitos, demonstrando o valor de sua cultura. Em virtude dos fatos mencionados anteriormente, percebe-se que ser negro e surdo, é bem complexo, pois a pessoa sofre duplo preconceito. Primeiro por ser negra, fato que chama a atenção o que Munanga (2022) chama de racismo de marca, e depois, pela sua comunicação que não é comum para uma população ouvinte, que na maioria das vezes desconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Esses preconceitos discriminatórios podem causar traumas para uma vida toda. Por isso é importante a conscientização da população para a valorização do movimento surdo, bem como do movimento racial.

O presente trabalho mostrou que as pessoas negras e surdas enfrentam diversos desafios na sociedade e em diferentes graus de complexidade. Além do racismo estrutural que ainda persiste, enfrentam também a falta de acessibilidade e inclusão. A barreira linguística é uma das principais dificuldades enfrentadas por essa parcela da população, uma vez que muitas vezes não têm acesso à língua de sinais e são obrigados a se comunicar de formas alternativas. Além disso, a falta de representatividade é um problema grave, pois muitas vezes não se sentem representados nos espaços de poder e decisão. Identidade e representatividade importam.

A luta por direitos básicos, como educação e trabalho, também é uma constante, pois muitas vezes são marginalizados e excluídos dessas oportunidades. É preciso que a sociedade esteja atenta a esses desafios e

promova ações efetivas de inclusão e igualdade, garantindo o pleno exercício dos direitos desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em:
https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 19 mai. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888. Disponível em:
<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=3353&ano=1888&ato=25f0TPn5keVRVT6f8>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 19 mai. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. Decreto 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
SCIAS Língua de Sinais, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 05-36, jul./dez. 2023.

Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 19 mai. 2022.

BRITO, F. B. de. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRITO, I. dos A. et al. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. ODEERE, v. 6, n. 01, p. 209-232, 2021.
Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BUZAR, F. J. R. Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís - MA. 2012. 155 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CASTRO, J. A. de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 673-697. 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

CAVALLEIRO, E. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro/ Summus, 2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 03 set. 2021.

FERREIRA, P. L. A. O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-Graduação em Ensino. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FURTADO, R. S. S. Narrativas Identitárias e Educação: os surdos negros na contemporaneidade. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GARBE, D de S. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque. Revista Unifebe, Balneário

Camboriú, v.10, p. 95-104, jan/jun. 2012. Disponível em:
<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo023.pdf.htm>.
Acesso em: 2 set. 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 4, p. 41-57.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HALL, S. A identidade cultural da pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.

HOFBAUER, A. O conceito de "raça" e o ideário do "braqueamento" no século XIX - bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria e Pesquisa, 42/43: 63-110. 2003. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/his-9262>. Acesso em: 19 mai. 2022.

IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LADD, P. Em busca da surdidade 1: Colonização dos surdos. Tradução: Mariana Martini. Lisboa: Editora Surd'Universo, 2013.

LADD, P. Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. 2007.

MACEDO, Y. M.; OLIVEIRA, E. D.; PEÇANHA, C. F. A capoeira como referencial metodológico para enfrentamento do racismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. ed. esp., p. 174-187, out. 2019. Disponível em:
<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/699>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MACIEL, M. E. de S. A eugenia no Brasil. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

MARTINS, F. A. S. É possível construir um outro continente africano na escola? experiências de um curso de aperfeiçoamento para professores. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 4, n. 8, p. 170–191, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/259>. Acesso em: 4 out. 2023.

MARTINS, D. A. et al. Criação e transcrição poética como forma de resistência do negro-surdo brasileiro. In.: SOUZA, A. L. S. (org.). Culturas Políticas nas periferias: estratégias de reexistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2021.

MARTINS, F. A. S.; FERREIRA, C. B. A história dos povos africanos e as questões históricas e raciais na educação básica. Revista em Favor de Igualdade Racial, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 75–88, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4388>. Acesso em: 4 out. 2023.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, V. M. Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017. Revista Educação Especial, v. 32. 2019 – Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28229>. Acesso em: 19 mai. 2022.

MIRANDA, V. M. Surdez e racialidade: identidades em diálogo no espaço escolar? Revista da Fundarte, Montenegro, ano 17, n. 33, p.39-69. 2017. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/446/0>. Acesso em: 19 mai. 2022.

MORAIS, A. J. O. de S. Surdidade: construção social para a comunidade surda [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. 2019.

MUNANGA, K. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Revista Estudos Avançados, 2009. São Paulo, V. 18, no 50, p. 51-66. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2022.

NEVES, G. V. Em busca da Surdidade: o entre-lugar da cultura surda na contemporaneidade. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2051>. Acesso em: 3 out. 2023.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. Revista de Estudos Avançados, 18 (50). 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2011.

PEREIRA, A. S. dos S.; PEREIRA, R. O. Surdo-negro soteropolitano: uma pesquisa exploratória sobre a sua percepção de opressão e exclusão. Revista de Ciências da Educação. Americana, XV, v. 02, n. 20, p. 139-148. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/wDrPtHrjKsknfW78RBZS98j/>. Acesso em: 24 nov. 2011.

ROCHA, S. M. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. MEC/INES. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, R. de L. Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação diversidade Diferença e Desigualdade Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, A. M. da. A constituição da identidade docente surda negra. 2018. 87f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, K. de S. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 19 mai. 2022.

SKLIAR, C. (org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, S. O perfil da discriminação do mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.769. Brasília: 2000.

SOUZA, S. C. da S. A mulher negra e surda e o acesso ao mercado de trabalho. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.5, p. 50023-50028. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/viewFile/30019/23642>. Acesso em: 19 mai. 2022.

VEDOATO, S. C. M. Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná. 2015. 66f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2015.